



PROGRAMA
EDUCATO

Formação Continuada, Planejamento, Acompanhamento, Monitoramento
e Avaliação do Processo de Gestão e Prática Pedagógica

CADERNO PEDAGÓGICO DO MÓDULO II/Gesto

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA: CAMINHOS
CONSTRUTIVOS DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO



Rede Colaboração Tocantins
PROGRAMA DE FORMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO,
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

SEB
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNião e Reconstrução

UFT
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS

UNDIME
UNião dos Dirigentes Municipais
de Educação

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
TOCANTINS
TRABALHANDO E CUIDANDO DE TODOS



CADERNO PEDAGÓGICO DE PLANEJAMENTO

Palmas-TO

AGOSTO 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P964g Programa EducaTO/Rede Colaboração Tocantins, Projeto GesTO.
Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola: Caminhos
Construtivos do Projeto Político Pedagógico. / Projeto GesTO Programa
EducaTO/Rede Colaboração Tocantins. – Palmas, TO, 2024.
57 f.

1. Gestão do Processo Pedagógico. 2. Escola Pública. 3. Projeto Político
Pedagógico. 4. Instrumentos e Estratégias para a Gestão Democrática. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



Coordenador da RCT

Leonardo Victor dos Santos

Coordenadora EducaTO

Elaine Aires Nunes

Coordenação do Projeto GestO

Leni Barbosa Feitosa

Material Instrucional

Elaboração do Conteúdo

Dra. Érica de Cássia Maia Ferreira

Dra. Leni Barbosa Feitosa

Me. Elaine Aires Nunes

Me. Liz Adriana Santos Martins

Departamento de Produção

Revisão Linguística e Tipografia

Érica de Cássia Maia Ferreira

Designer Gráfico / Diagramação

Juniezer Barros de Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
SÚMULA DO MÓDULO II - EMENTA, CONTEÚDO E OBJETIVOS DO PROCESSO FORMATIVO	
EIXO I - FORMAÇÃO CONTINUADA/GESTO	10
PLANO PEDAGÓGICO DO MÓDULO II - GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: CAMINHOS CONSTRUTIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	12
REFLEXÕES TEÓRICAS DO PROCESSO FORMATIVO DO MÓDULO II - O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS SISTEMAS MUNICIPAIS: DEFINIÇÃO, FINALIDADES E BASES LEGAIS	23
O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	24
MAS, AFINAL, NO QUE CONSISTE UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA?.....	24
BASES LEGAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	25
INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	30
PROCESSO CONSTRUTIVO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	35
MAS COMO SERIA ESSA INFLUÊNCIA, ESSA INTERVENÇÃO INTENCIONAL SOBRE A REALIDADE?	36
ENTÃO, QUE INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS A ESCOLA TEM PARA DESENVOLVER A POLÍTICA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA?	36
E O QUE VEM ANTES DA ELABORAÇÃO DO PPP??	37
QUEM PARTICIPA DO PPP?	38
MARCOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	38
MARCO SITUACIONAL - O QUE SOMOS?	38
MARCO CONCEITUAL - O QUE QUEREMOS?	40
MARCO OPERACIONAL - O QUE FAREMOS?	40
PASSOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	41
CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS	42
PARA COMPREENSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	44
ATIVIDADE ASSÍNCRONA MÓDULO II	47
ATIVIDADE SÍNCRONA MÓDULO II: YOUTUBE, MEET E PRESENCIAL	50
DÚVIDAS PROCESSO FORMATIVO DO MÓDULO II	53
REFERÊNCIAS	56
MATERIAIS DIDÁTICOS/ARTIGOS	57

Apresentação

APRESENTAÇÃO

Comprometidos em apoiar às escolas municipais no processo de instituição de mecanismos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da organização do trabalho pedagógico com vistas à constituição de metodologia específica para promoção dos processos de gestão e prática pedagógica para alfabetização de qualidade a fim de alcançar melhores resultados educacionais, o Projeto GesTO tematiza, neste módulo, a Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola: caminhos construtivos do Projeto Político Pedagógico.



Compreende-se que a gestão democrática no trabalho pedagógico representa exercício diário de mobilização e articulação entre os sujeitos e sujeitas que constituem a escola (profissionais da educação, a comunidade escolar e local) para que juntos, possam organizar o trabalho, compreender os desafios e definir estratégias para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

Nesse sentido, os objetivos do módulo II consistem em tematizar os princípios e características da gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola e as bases legais da organização democrática na escola pública; discutir o papel da gestão democrática nos sistemas municipais de educação, compreendendo os instrumentos e as estratégias da gestão democrática na escola; abordar a gestão democrática na escola mediante participação de diversos segmentos escolares; e instruir a construção do Projeto Político Pedagógico à luz da gestão democrática e participativa.

Para alcançar esses objetivos, abordaremos: (i) os princípios e características da gestão democrática no trabalho pedagógico da escola, (ii) o papel da gestão democrática nos sistemas municipais, (iii) as bases legais para a organização democrática da escola pública, (iv) os instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola, (v) a gestão democrática na escola com a participação dos diversos segmentos escolares e, por fim, (vi) o processo construtivo do Projeto Político Pedagógico.

Pensando no entendimento da sistemática deste módulo, a equipe do Projeto GesTO organizou este caderno em seis capítulos: Súmula do Módulo II, Plano Pedagógico do Módulo II, Reflexões Teóricas do Processo Formativo do Módulo II, Indicações de Leituras Complementares, Atividade Assíncrona do Módulo II (atividade em serviço) e Materiais Didático-Pedagógicos utilizados do Processo Formativo do Módulo II.

No primeiro capítulo, *Súmula do Módulo II*, apresentamos didaticamente a ementa, os objetivos e os conteúdos que serão trabalhados no Módulo II.

No segundo capítulo, o *Plano Pedagógico do Módulo II*, demonstramos, passo a passo, como o módulo foi planejado pela equipe do Projeto GesTO, com base no eixo I - formação e eixo II - acompanhamento, monitoramento e avaliação.

No terceiro capítulo, *Reflexões Teóricas do Processo Formativo do Módulo II*, ponderamos, com linguagem simples e didática, sobre as discussões tematizadas nos encontros *Meet* e presencial, como, por exemplo, “O Papel da Gestão Democrática nos Sistemas Municipais e no Trabalho Pedagógico da Escola” com vista na sistematização do Projeto Político Pedagógico.

No quarto capítulo, objetivando a compreensão da gestão pedagógica no processo pedagógico da escola, indicamos leituras complementares relativos à temática do módulo (audiovisuais e textuais).

No quinto capítulo, tratamos da sistemática da atividade assíncrona, isto é, da atividade em serviço.

E no sexto e último capítulo, disponibilizamos *links* para acesso do material didático-pedagógico utilizados nos encontros síncronos: *Youtube*, *Meet* e Presencial do Módulo II.

Boa leitura!
Equipe Projeto GesTO

SÚMULA DO MÓDULO II

SÚMULA DO MÓDULO II

EMENTA, CONTEÚDO E OBJETIVOS

EIXO I – FORMAÇÃO CONTINUADA/GesTO

O percurso formativo do Projeto GesTO está organizado em cinco módulos que tematizam, respectivamente, (i) a avaliação diagnóstica da gestão do processo pedagógico para a recomposição da aprendizagem e da equidade; (ii) a gestão democrática no processo pedagógico da escola, com ênfase nos processos construtivos do Projeto Político Pedagógico (PPP); (iii) a transposição didática da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Tocantins (DCT), à luz dos processos de planejamento, organização curricular e avaliação; (iv) a gestão da ação docente e práticas interdisciplinares para o fortalecimento da aprendizagem da leitura e escrita e dos conhecimentos matemáticos; (v) e a produção científica da gestão do processo pedagógicos nas escolas.



O módulo II, Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola: caminhos construtivos do Projeto Político Pedagógico, foi sistematizado mediante Plano de Curso do Projeto GesTO que apresenta, por módulo formativo, a ementa (breve resumo do que será instruído na formação do módulo), os objetivos (o que se pretende alcançar com a formação do módulo) e os conteúdos (o que será instruído no processo formativo do módulo com vista na aprendizagem).



Nesse contexto, apresentamos a ementa, os objetivos e os conteúdos do módulo II do Projeto GesTO: Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola: caminhos construtivos do Projeto Político Pedagógico.

EMENTA DO MÓDULO II

Princípios e características da gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola. O papel da gestão democrática nos sistemas municipais. Bases legais da organização democrática na escola pública. Instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola. Gestão democrática na escola, participação dos diversos segmentos escolares e Projeto Político Pedagógico. Processo construtivo do Projeto Político Pedagógico (diagnóstico da escola, identificação das necessidades, estabelecimentos de metas e objetivos, planejamento das ações, acompanhamento, monitoramento e avaliação).

OBJETIVOS DO MÓDULO II

- Entender os princípios e características da gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola, e as bases legais da organização democrática na escola pública.
- Discutir o papel da gestão democrática nos sistemas municipais de educação, e instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola.
- Abordar a gestão democrática na escola mediante participação de diversos segmentos escolares.
- Instruir a construção do Projeto Político Pedagógico à luz da gestão democrática e participativa.

CONTEÚDO DO MÓDULO II

- O papel da gestão democrática nos sistemas municipais: definição, finalidades e bases legais da gestão democrática.
- Autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, implementação de processos colegiados nas escolas municipais e financiamento do poder público.
- Instrumentos e estratégias para a gestão democrática na escola municipal.
- Processo construtivo do Projeto Político Pedagógico com vista na gestão democrática e no planejamento participativo.

PLANO PEDAGÓGICO DO MÓDULO II



PLANO PEDAGÓGICO

DO MÓDULO II

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: CAMINHOS CONSTRUTIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A cada módulo, a equipe do Projeto GesTO se reúne para planejar as ações do processo formativo, (re)estruturando o Plano Pedagógico sempre que necessário. O Plano Pedagógico é um instrumento organizacional de gestão pedagógica que consolida as ações de formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de cada módulo do Projeto GesTO.



No Plano de Ação Pedagógica do GesTO constam a especificação da carga horária do módulo, a identificação das atividades síncrona, assíncrona e a leitura orientada do eixo transversal; a descrição da equipe colaborativa e suas respectivas funções técnicas, administrativas e/ou pedagógicas desempenhadas no Projeto; e a ementa e objetivos do módulo.

Há também a tipificação das ações do eixo I (formação): conteúdo programático (encontro Meet e encontro presencial), assim como o desenvolvimento operacional e metodológico dos encontros síncronos (Meet e presencial); descrição de recursos (materiais, tecnológicos etc.); e indicação de leitura para aproximação com a temática do módulo; e do eixo II: cronograma dos plantões pedagógicos, acompanhamento, monitoramento e avaliação nos grupos de WhatsApp, ambiente virtual do Programa EducaTO (aplicativo e site) e atividade assíncrona (avaliação, consolidação e devolutiva); e, por fim, a descrição da equipe de planejamento das ações do Projeto GesTO.

PLANO PEDAGÓGICO – MÓDULO II

GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO DE GESTÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA: CAMINHOS CONSTRUTIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PROJETO GESTO		
Processo de Gestão Pedagógica para a Recomposição da Aprendizagem e da Equidade		
Atividade Síncrona	Atividade Assíncrona	Eixo Transversal
Youtube et Presencial	Plano de Gestão Pedagógica: EFIL, ECIQ, EJA e AEE	Leitura orientada
Equipe/Responsável	Função	
Dra. Leni Barbosa Feitosa	Coordenadora do Projeto GesTO	
Dra. Érica de Cássia Maia Ferreira	Formadora do Projeto GesTO	
Esp. Maria do Rosário Dias Rodrigues	Supervisora/Palmas e Paraíso do Tocantins	
Esp. Valdjane Melo	Supervisora/ Araguaína e Arraias	
Cristiane Hermelinda Castro Gáspio Santos	Supervisora/Dianópolis, Miracema e Porto Nacional	
Me. Priscila de Freitas Machado	Supervisora/Pedro Afonso e Tocantinópolis	
Esp. Rodson Layne Luiz Barbosa	Supervisor/ Araguatins e Colinas do Tocantins	
Esp. Vivianny Damaso Cardoso	Supervisora/Guará e Gurupi	
Adriano Fraga Rodrigues Vital	Assistente Técnico e Administrativo	
Ementa:	Princípios e características da gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola. O papel da gestão democrática nos sistemas municipais. Bases legais da organização democrática na escola pública. Instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola. Gestão democrática na escola, participação dos diversos segmentos escolares e Projeto Político Pedagógico. Processo construtivo do Projeto Político Pedagógico (diagnóstico da escola, identificação das necessidades, estabelecimentos de metas e objetivos, planejamento das ações, acompanhamento, monitoramento e avaliação).	



Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> Entender os princípios e características da gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola, e as bases legais da organização democrática na escola pública. Discutir o papel da gestão democrática nos sistemas municipais de educação, e instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola. Abordar a gestão democrática na escola mediante participação de diversos segmentos escolares. Instruir a construção do Projeto Político Pedagógico à luz da gestão democrática e participativa.
------------	---

EIXO I – FORMAÇÃO (ATIVIDADE SÍNCRONA)	
Conteúdo Programático	
Encontro Meet (2h)	<p>a) O papel da gestão democrática nos sistemas municipais: definição, finalidades e bases legais da gestão democrática</p> <p>b) Autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, implementação de processos colegiados nas escolas municipais e financiamento do poder público.</p>
Encontro Presencial (16h)	<p>a) Instrumentos e estratégias para a gestão democrática na escola municipal.</p> <p>b) Processo construtivo do Projeto Político Pedagógico com vista na gestão democrática e no planejamento participativo.</p>
Desenvolvimento operacional e metodológico	
<p>Encontro Meet (2h)</p> <p>Data: 28/05/2024</p> <p>Horário: 09:00 – 11:00h</p> <p>Responsável: Érica e Elaine</p>	<p>Tema: O papel da gestão democrática nos sistemas municipais: definição, finalidades e bases legais</p> <p>1. Abertura da sala et</p> <p>2. Recepção dos cursistas</p> <p>3. Acolhimento</p> <p>4. Temática: O papel da gestão democrática nos sistemas municipais: definição, finalidades e bases legais</p> <p>5. Momento de escuta</p> <p>6. Encerramento/avisos</p>

<p>Encontro Presencial</p> <p>Data: 19 e 20/06/2024</p> <p>Horário: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00</p> <p>Formadoras: Érica, Liz e Elaine</p>	<p>1º dia – Manhã</p> <p>1. Temática comum com todos os cursistas do Programa EducaTO</p> <p>1º dia – Tarde</p> <p>1. Acolhimento</p> <p>2. Apresentação da pauta</p> <p>3. Processo construtivo do Projeto Político Pedagógico com vista na gestão democrática e no planejamento participativo</p> <p>4. Marcos e passos do Projeto Político Pedagógico</p> <p>5. Avisos e encerramento</p> <p>Frequência física e gestão da pauta</p> <p>2º dia – manhã</p> <p>1. Acolhimento</p> <p>2. Apresentação da pauta</p> <p>3. Oficina pedagógica: Prática Social</p> <p>3.1. Prática Social Inicial:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nossa compreensão de Planejamento e Desconexões: Análise das relações apresentadas nos Planos de Ação do Supervisor Municipal <p>3.2. Problemática:</p>
--	---



Ensino Fundamental II – Dificuldade de leitura e escrita/matемática, estudantes do campo na cidade

1. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/11/29/texto-mais-longo-lido-por-66percent-dos-alunos-brasileiros-nao-passa-de-10-paginas-no-chile-normal-e-mais-de-100.ghtml>
2. <https://diariogaucha.clicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2024/04/afetados-pela-pandemia-alunos-chegam-aos-anos-finais-do-fundamental-com-problemas-de-alfabetizacao-clv8n57a-n02hc0l3qtb5b4yre.html>
3. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/03/85-dos-municipios-de-pernambuco-tem-problemas-na-alfabetizacao.html>
4. <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/escolas-dao-reforco-para-alfabetizar-adolescentes-com-deficit-de-aprendizagem,1ff90634ee325f8be5b7a262b1d0ff43lzv260f7.html>
5. <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/alunos-no-brasil-regridem-em-desempenho-do-6o-ao-9o-ano-do-ensino-fundamental/>
6. <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2023/03/5078839-40-dos-alunos-de-escola-publica-tem-dificuldade-de-avancar-na-alfabetizacao.html>
7. <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2023/10/09/o-sucesso-do-be-a-ba-crianca-tem-26-vezes-mais-chances-de-sucesso-escolar-se-bem-alfabetizada-diz-estudo-inedito.ghtml>
8. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>
9. <https://www.publico.pt/2023/10/20/sociedade/noticia/resultados-6-9-anos-desceram-pandemia-ajuda-perceber-2067472>
10. <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2017/02/so-24-dos-alunos-terminam-9-ano-com-aprendizado-ideal-em-matematica.html>
11. <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2017/02/so-24-dos-alunos-terminam-9-ano-com-aprendizado-ideal-em-matematica.html>
12. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/09/5037496-apos-pandemia-aprendizado-no-brasil-piora-em-todos-os-niveis-escolares.html>

Educação do Campo – Dias letivos e calendário sazonal

13. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/escolas-no-interior-do-estado-suspendem-aulas-devido-as-chuvas-1.2082746>
14. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/parado-ha-12-dias-transporte-escolar-deve-voltar-apenas-na-2a-quinzena-de-abril>
15. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/04/estudantes-ribeirinhos-ficam-sem-aula-por-falta-de-combustivel-do-transporte-escolar-em-barcarena-no-para.ghtml>
16. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/11/07/transporte-escolar-inadequado-dificulta-aprendizado-de-estudantes-da-zona-rural-varios-direitos-comprometidos.ghtml>

Educação Escolar indígena - Ensino bilíngue e calendário escolar específico e diferenciado

17. <https://cimi.org.br/2017/06/39704/>
18. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/os-desafios-da-educacao-indigena-para-a-presidencia-segundo-pesquisadoras/>
19. <https://cpers.com.br/audiencia-publica-sobre-escolas-indigenas-expoe-precariedade-das-instituicoes/>
20. <https://cimi.org.br/2023/03/pantufas-desconforto-educacao-escolar-indigena-mato-grosso/>
21. <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/01/15/mpf-aciona-prefeitura-de-belterra-na-justica-para-garantir-oferta-de-educacao-especifica-aos-indigenas.ghtml>
22. https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/recomendacao-pref_stm_vila-franca_ic-122-2015-11.pdf

Educação Escolar Quilombola - Processo de aculturação

23. <https://projetocolabora.com.br/ods4/educacao-quilombola-sofre-com-falta-de-infraestrutura-dificuldades-de-transporte-e-o-apagamento-historico/>
24. <https://www.terra.com.br/nos/escolas-precarias-fazem-quilombolas-sairem-de-suas-comunidades,b94c808a1c5d77d0f102be18aebd04fa36qvtoip.html>
25. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-quilombola-como-resistencia-de-comunidades-e-culturas/>

Educação de Jovens e Adultos - Evasão escolar

26. <https://www.cartacapital.com.br/educacao/censo-escolar-evidencia-fragilidade-das-politicas-de-educacao-para-jovens-e-adultos/>
27. <https://lagarto.se.gov.br/secretarias/semed/prefeitura-de-lagarto-realiza-busca-ativa-escolar-na-eja-para-combater-a-evasao-escolar/>
28. <https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2023/06/23/40percent-dos-jovens-indicam-necessidade-de-trabalhar-como-principal-motivacao-para-abandono-dos-estudos-diz-ibge.ghtml>

Educação Especial - Inclusão

29. <https://mpto.mp.br/portal/2023/02/09/recomendacao-do-mpto-busca-garantir-oferta-de-educacao-inclusiva-em-dianopolis-e-almas>
30. <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-recomenda-que-os-alunos-da-educacao-especial-de-bom-despacho-sejam-atendidos-por-professores-de-apoio-8A9480678602D08F01865B5274530909-00.shtml>
31. https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2024/recomendacao_mpeduc_salas_recursos_multifuncionais_alenquer-pa_maio-2024.pdf
32. <https://mppr.mp.br/Noticia/MPPR-emite-recomendacao-para-que-Goioere-garanta-transporte-escolar-alunos-da-educacao>



33. <https://www.brasildefatorj.com.br/2023/10/23/relatorio-da-defensoria-publica-do-rj-mostra-que-escolas-nao-incluem-criancas-com-deficiencia>
34. <https://www.seculodiario.com.br/educacao/estudantes-com-deficiencia-estao-excluidas-do-aprendizado-denuncia-mae>
35. <https://mpce.mp.br/2024/02/recomendacao-do-mpce-define-que-prefeitura-de-nova-olinda-apure-denuncia-de-discriminacao-contr-a-estudante-com-tea-e-tdah/>

RIGA - Violências

36. <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/19/racismo-entre-alunos-veja-a-responsabilidade-que-cabe-a-escola>
37. <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/03/18/mae-denuncia-professora-por-destratar-filho-com-dislexia-em-sala-de-aula-em-itumbiara.ghtml>
38. <https://portal6.com.br/2023/09/14/professora-tranca-ele-fora-da-sala-e-diz-que-nunca-vai-ser-nada-denuncia-mae-de-crianca-autista-de-anapolis/>
39. <https://www.mprs.mp.br/noticias/criminal/55716/>
40. <https://hugogloss.uol.com.br/brasil/menino-com-autismo-chega-da-escola-com-placa-no-pescoco-em-sc-e-mae-faz-denuncia-no-mp-doeu-quando-vi/>
41. <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/03/09/apos-ser-violentada-por-professor-crianca-autista-criou-resistencia-a-escola-escondia-a-mochila-diz-mae.ghtml>
42. <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2022/02/22/mp-pr-confirma-ter-recebido-em-2019-denuncia-de-maus-tratos-a-jovem-autista-encontrado-morto-com-sinais-do-crime.ghtml>
43. <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/prefeitura-do-es-e-notificada-apos-denuncia-de-preconceito-na-divisao-das-turmas-0424>
44. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/20/maternidade.htm>
45. https://diariopopular.com.br/geral/falta_de_professores_e_dificuldade_de_acesso_as_escolas_viram_denuncia_ao_mp.304338
46. <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/02/mp-vai-investigar-qualidade-do-ensino-e-falta-de-vagas-em-escolas-de-leme.html>
47. <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/10/alunos-da-zona-rural-de-vilhena-ro-levam-4-horas-para-chegar-escola.html>
48. <https://diaonline.ig.com.br/2024/01/30/pai-improvisa-balsa-e-atraversa-com-filha-para-ela-conseguir-estudar-veja-video/>
49. <https://cgn.inf.br/noticia/1493343/estudantes-perdem-aulas-devido-a-condicao-das-estradas-rurais-09-04-2024>
50. <https://midianinja.org/criancas-com-fome-nao-sentam-na-sala-de-aula-e-conseguem-aprender-diz-educadora-parental-caroline-rosa/>
51. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59215351>

52. <https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2019/02/20/menina-dos-olhos-de-flavio-dino-ie-ma-deixa-estudantes-a-pe-em-longo-trajeto-ate-a-escola-e-na-volta-para-casa/>

2º dia – tarde

1.Oficina Pedagógica: leitura, interpretação e compreensão da realidade educacional

Atividade em dupla: realizar leitura do texto <https://docs.google.com/document/d/1HIQeewCEYrgxnttPyLbMGgiVWRJ2j4T3qHtVwkHxKXI/edit?usp=sharing> e identificar os seguintes aspectos:

- Problema abordado
- Relações com a educação dos municípios do Tocantins
- Impacto na aprendizagem do estudante
- Direitos cerceados
- Papel do Estado
- Papel da escola
- Papel da gestão

2. Intervalo

3. Construção do conhecimento: socialização da problemática por especificidade.

4.Avaliação do encontro presencial/link do Programa EducaTO

5.Encerramento/avisos

Frequência física e gestão da pauta

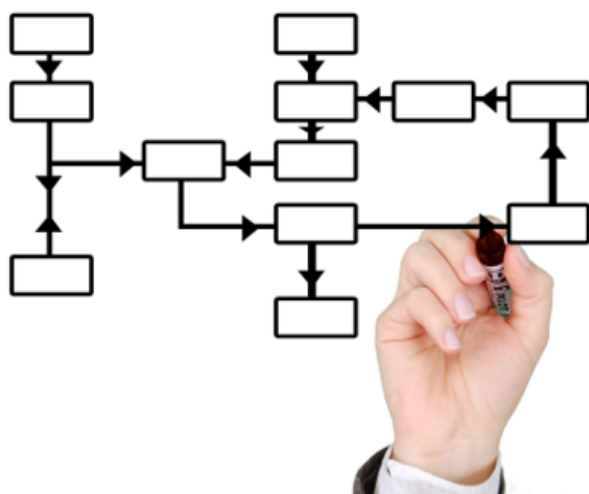
Recursos (materiais, tecnológicos, etc)		
Descrição	Unidade	Quantidade
Datashow	Unidade	01
Microfone	Unidade	01
Impressão	Unidade	300
Caixa de som	Unidade	01
Leitura indicada:		
Geral		
HENGEMÜHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011.		
LUCKESI, Cipriano C. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=XT6AEA		
AAQBAJ&lpg=PT4&ots=xapXR9IHlI&lr&hl=pt-BR&pg=PT45#v=onepage&q&f=false.		
LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.		
MAGALHÃES, G. M.; MARSIGLIA, A. C. G. Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 15, 2017. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9354 .		
SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Ática, 2014.		
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2008.		



EIXO II – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			
PLANTÃO PEDAGÓGICO Local: Sala et/2h	3.Plantão Pedagógico		
	Data	Horário	Supervisor responsável
	29/05/24	09:00 às 11:00	Clebson e Priscila
	04/06/24	09:00 às 11:00	Rosário e Viviany
	11/06/24	09:00 às 11:00	Cristiane e Rodson
	18/06/24	09:00 às 11:00	Cleberson, Rosário e Cristiane
	25/06/24	10:00 às 11:00	Priscila, Viviany e Rodson
GRUPO DE WHATSAPP	4. GesTO em acompanhamento, monitoramento e avaliação 4.1. Grupo dos supervisores municipais/regionais: <ul style="list-style-type: none"> Gurupi e Guaraí – Viviany Cardoso Araguaína e Arraias – Valdjane Melo Tocantinópolis e Pedro Afonso – Priscila Machado Araguatins e Colinas – Rodson Barbosa Palmas e Paraíso – Maria do Rosário Rodrigues Porto Nacional, Miracema e Dianópolis – Cristiane Hermelinda Santos 		
AMBIENTE VIRTUAL DO PROGRAMA EDUCATO	5. GesTO em acompanhamento, monitoramento e avaliação 4.1. Grupo dos supervisores municipais: <ul style="list-style-type: none"> Gurupi e Guaraí – Viviany Cardoso Araguaína e Arraias – Valdjane Melo Tocantinópolis e Pedro Afonso – Priscila Machado Araguatins e Colinas – Rodson Barbosa Palmas e Paraíso – Maria do Rosário Rodrigues Porto Nacional, Miracema e Dianópolis – Cristiane Hermelinda Santos 		
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES	6.Planejamento das ações do GesTO: formação, acompanhamento, monitoramento e avaliação <ul style="list-style-type: none"> Coordenação: Leni Feitosa Formação: Érica de Cássia Ferreira Supervisores do EducaTO: Viviany Cardoso, Cristiane Hermelinda Santos, Priscila Machado, Rodson Barbosa, Maria do Rosário Rodrigues e Valdjane Melo 		

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES ASSÍNCRONAS

- Gurupi e Guaraí – Viviany Cardoso
 - Araguaína e Arraias – Valdjane Melo
 - Tocantinópolis e Pedro Afonso – Priscila Machado
 - Araguatins e Colinas – Rodson Barbosa
 - Palmas e Paraíso – Maria do Rosário Rodrigues
 - Porto Nacional, Miracema e Dianópolis – Cristiane Hermelinda Santos
- Consolidação da avaliação: Erica de Cassia Ferreira



Entendendo a sistemática do Plano Pedagógico do Módulo II, seguiremos a leitura deste Caderno para reflexões teóricas sobre a gestão democrática no processo pedagógico que se constitui como caminhos construtivos do Projeto Político Pedagógico, com atenção à gestão democrática na escola como uma prática que deve buscar envolver toda a comunidade escolar na tomada de decisões, visando uma educação mais inclusiva, participativa e equitativa.

REFLEXÕES TEÓRICAS DO PROCESSO FORMATIVO

REFLEXÕES TEÓRICAS

DO PROCESSO FORMATIVO

DO MÓDULO II

O papel da gestão democrática nos sistemas municipais: definição, finalidades e bases legais



Compreendendo a participação ativa de todos os envolvidos no ambiente escolar como princípio para o desenvolvimento de uma gestão democrática na escola, apresentamos neste caderno, as bases legais, os conceitos e as perspectivas práticas que devem orientar os gestores municipais, os gestores escolares e a equipe técnico-pedagógica nesse processo.

Para isso, recorremos a Vitor Henrique Paro, renomado professor e pesquisador, e Luiz Dourado, também especialista na área, que têm contribuído significativamente para a discussão sobre gestão democrática na escola.

Paro, em sua obra “Gestão Democrática da Escola Pública”, examina a efetiva participação de estudantes, professores, pais e funcionários na escola e enfatiza a importância de uma gestão que vá além da burocracia e promova uma educação verdadeiramente emancipadora. Paro destaca os condicionantes internos e externos que afetam a participação, incluindo aspectos culturais, políticos e institucionais. Já Luiz Dourado, em suas pesquisas, aborda a relação entre gestão democrática e a qualidade do ensino. Ao investigar sobre o modo como a estrutura didática e administrativa impacta o desempenho escolar e a construção da cidadania produz para nós um material substancial.

Portanto, nesta seção do Caderno, focalizaremos a gestão democrática na escola como uma



prática que deve buscar envolver toda a comunidade escolar na tomada de decisões, visando uma educação mais inclusiva, participativa e equitativa.

Agora, vamos refletir sobre como podemos transformar a gestão democrática em práticas cotidianas, promovendo uma escola mais justa e comprometida com o desenvolvimento pleno dos estudantes, logo, a educação como direito humano?

O papel da Gestão democrática no trabalho pedagógico da escola

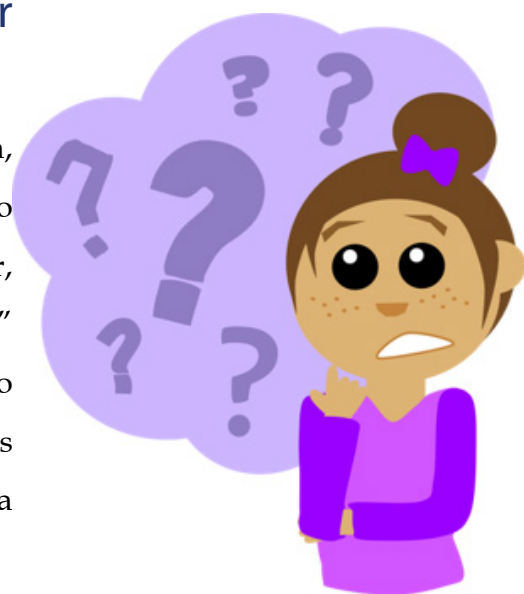
Durante os encontros formativos, presenciais e remotos, são reiteradas as concepções que devem orientar a prática de gestão da educação e da gestão escolar. Por isso, é importante definir o que circunda tais concepções.

No Módulo II, focalizamos a gestão democrática que pressupõe a administração como mediação, utilização racional de recursos, para a realização de fins (PARO, 2010). Isso porque “é fundamental o modo como a escola é administrada” (DOURADO, 2006)



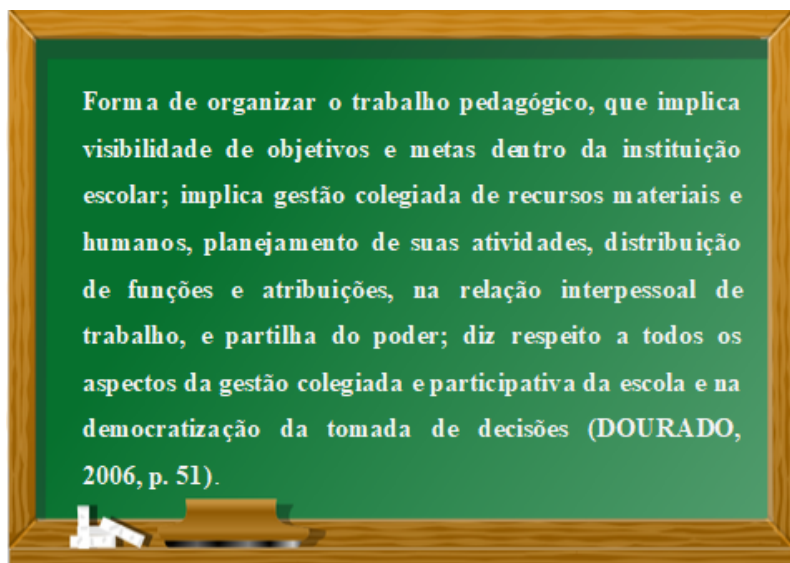
Mas, afinal, no que consiste uma gestão escolar democrática?

O professor Luiz Dourado, ao tratar da gestão democrática, mobiliza dois conceitos intrinsecamente ligados: gestão e gestão escolar. Segundo o autor, gestão diz respeito à “forma de planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar um determinado projeto” e é sinônimo de administração. Ou seja, gestão e administração versam sobre a “racionalização de recursos materiais, recursos humanos e tem por meta o alcance de uma determinada finalidade” (idem, 2006, p. 51).



Partindo desses pressupostos, a gestão escolar é então entendida como:

Forma de organizar o trabalho pedagógico, que implica visibilidade de objetivos e metas dentro da instituição escolar; implica gestão colegiada de recursos materiais e humanos, planejamento de suas atividades, distribuição de funções e atribuições, na relação interpessoal de trabalho, e partilha do poder; diz respeito a todos os aspectos da gestão colegiada e participativa da escola e na democratização da tomada de decisões (DOURADO, 2006, p. 51).



Com isso, compreende-se que da gestão democrática no trabalho pedagógico representa um exercício diário de mobilização e articulação entre os sujeitos e sujeitas que constituem a escola (profissionais da educação, a comunidade escolar e local) para que juntos, possam organizar o trabalho, compreender os desafios e definir estratégias para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

Bases Legais para a organização democrática da escola pública

Apresentamos agora um recorte que mobiliza, de modo pontual, as principais bases legais sobre a gestão democrática na escola.



Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), tem-se que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma



da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).



- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, com produção de efeitos financeiros a partir de 1º/1/2021)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Apartir da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), prescreve a gestão democrática e define responsabilidades:



Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico Da Escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- § 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

- II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- III – estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IV – pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- V – membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 2º O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteados pelos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)



- I – democratização da gestão; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- II – democratização do acesso e permanência; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- III – qualidade social da educação. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- § 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)
- II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Considerando o cenário educacional brasileiro que apontava para a ausência de uma política de gestão democrática no âmbito dos sistemas e redes de ensino de todo país, a Lei Nº 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional De Educação, em sua meta 19, estabeleceu que, no prazo de 2 (dois) anos, deveria ser assegurada as condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).



Com vistas ao cumprimento desta meta, foram definidas oito estratégias:

1

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regule a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;

2

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

3

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

4

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

5

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

6

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

7

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

8

19.8) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão.

Em síntese, cada estratégia consiste numa prática a ser exercida no âmbito da gestão da educação e, conseqüentemente, na escola. Isso porque a nomeação de diretores e diretoras de escola baseada em critérios técnicos de mérito e desempenho, cria condições para a participação dos sujeitos e sujeitas que constituem a escola e atribui responsabilidade àquele que participa da escolha/eleição do gestor escolar.

No que diz respeito à formação contínua dos conselheiros dos diversos conselhos, como o FUNDEB e o PNAE, é essencial para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz. Afinal, o processo formativo tem a função de informar e orientar sobre as políticas educacionais, a gestão de recursos e as práticas pedagógicas. Assim sendo, os conselheiros poderão contribuir de forma significativa com o desenvolvimento da educação como direito de todos.

De igual modo, a criação de Fóruns Permanentes de Educação é crucial para o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação (PME). Os fóruns permitem a participação ativa da sociedade civil, garantindo que as políticas educacionais sejam constantemente monitoradas e ajustadas às reais necessidades de cada unidade escolar, logo, de todo o território educacional.

A estratégia 19.4, por exemplo, focaliza os grêmios estudantis e as associações de pais pelo fato de reconhecer que têm papel vital na promoção da participação democrática dentro das escolas. Fortalecer essas entidades é essencial para que os estudantes e os pais possam expressar suas opiniões, colaborar na tomada de decisões e contribuir para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo.

Nessa direção, a participação e a consulta aos profissionais da educação, estudantes e seus familiares na formulação do Projetos Político-Pedagógico, currículo escolar, plano de gestão escolar e regimento escolar é fundamental para garantir que as políticas educacionais atendam às necessidades reais da comunidade escolar. Esse processo colaborativo promove um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

Por fim, a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino é crucial para que as escolas possam adaptar suas práticas às necessidades específicas de





seus estudantes e comunidades. Essa autonomia permite uma gestão mais eficiente e responsiva, promovendo a inovação e a melhoria contínua da qualidade educacional.

Instrumentos e estratégias da gestão democrática na escola

A democratização dos sistemas de ensino e da escola envolve a participação coletiva na tomada de decisões, considerando a realidade de cada território. Esse processo não pode ser imposto por decretos, mas deve resultar da gestão participativa e do compromisso com o bem comum.

A definição clara das funções, dos valores e dos princípios da escola é essencial para a participação efetiva. Ou seja, a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico é um aprendizado de gestão democrática, envolvendo toda a comunidade escolar. Por isso, a gestão democrática ajuda a democratizar as instituições e as práticas sociais, exigindo uma revisão da organização e da gestão escolar para melhor cumprir seu papel (DOURADO, 2006).

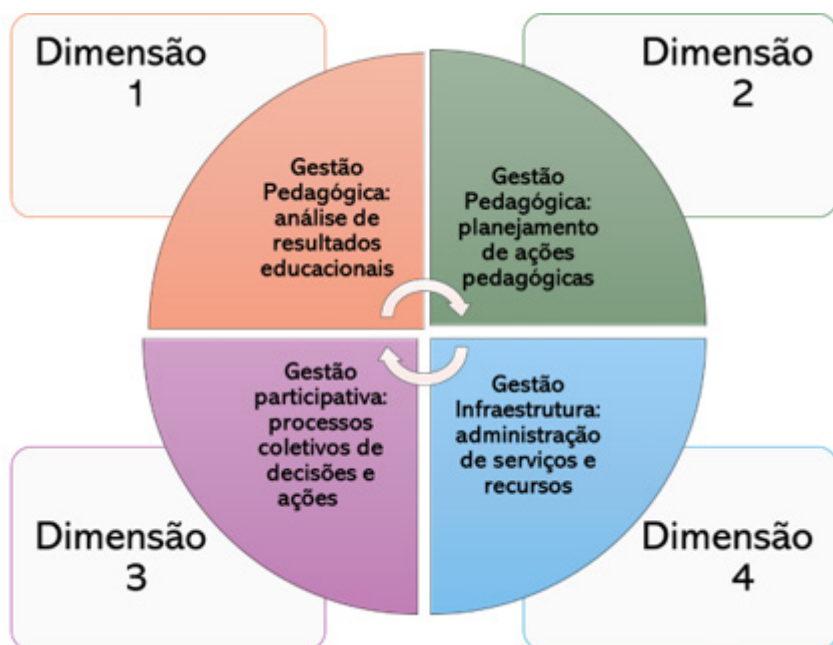


Em termos gerais, a gestão escolar deve ser baseada no Projeto Político-Pedagógico da escola, pois a democracia na unidade de ensino depende da ação coletiva e da participação da comunidade escolar na definição de políticas e projetos educacionais. Segundo Luiz Dourado, a cultura democrática é construída por meio de práticas democráticas, que, embora universais, têm especificidades conforme o contexto de cada escola. Ou seja, a escola se torna democrática não apenas por sua administração, mas principalmente por suas ações pedagógicas e educativas (DOURADO, 2006).

Apresentamos a seguir, as quatro dimensões consideradas essenciais para a construção PPP. Observe que há duas dimensões que focalizam a gestão democrática. Isso se deve ao fato de o PPP ser essencialmente pedagógico.

Objetivando uma transposição mais didática de cada dimensão, apontamos alguns exemplos práticos para cada uma delas. Veja:

Figura 1- Dimensões do PPP



Fonte: Projeto GesTO, 2024.

1

Gestão Pedagógica

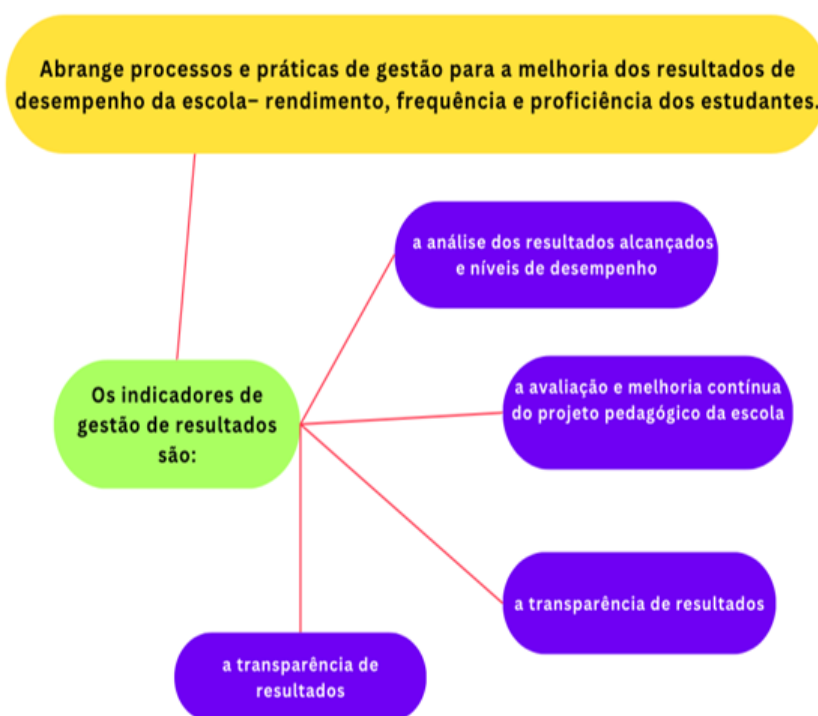
Na Dimensão 1, que se refere à “Gestão Pedagógica”, o PPP deve focar na análise de resultados educacionais, considerando a avaliação contínua do desempenho da aprendizagem dos estudantes e a eficácia das práticas pedagógicas. Esse processo é essencial para identificar áreas de melhoria e implementar estratégias que promovam a aprendizagem de qualidade.

Para esse fim, a análise de resultados permite que a gestão escolar tome decisões informadas, ajustando métodos de ensino e recursos de acordo com as necessidades dos estudantes. Além disso, essa dimensão reforça a importância da avaliação e da participação ativa de toda a comunidade escolar na busca por um ensino mais eficaz e inclusivo.

Esquemáticamente, a Dimensão 1 “Gestão Pedagógica”, fica assim organizada:



Figura 2 - Dimensão 1/Gestão Pedagógica: análise de resultados educacionais



Fonte: Projeto GesTO, 2024.

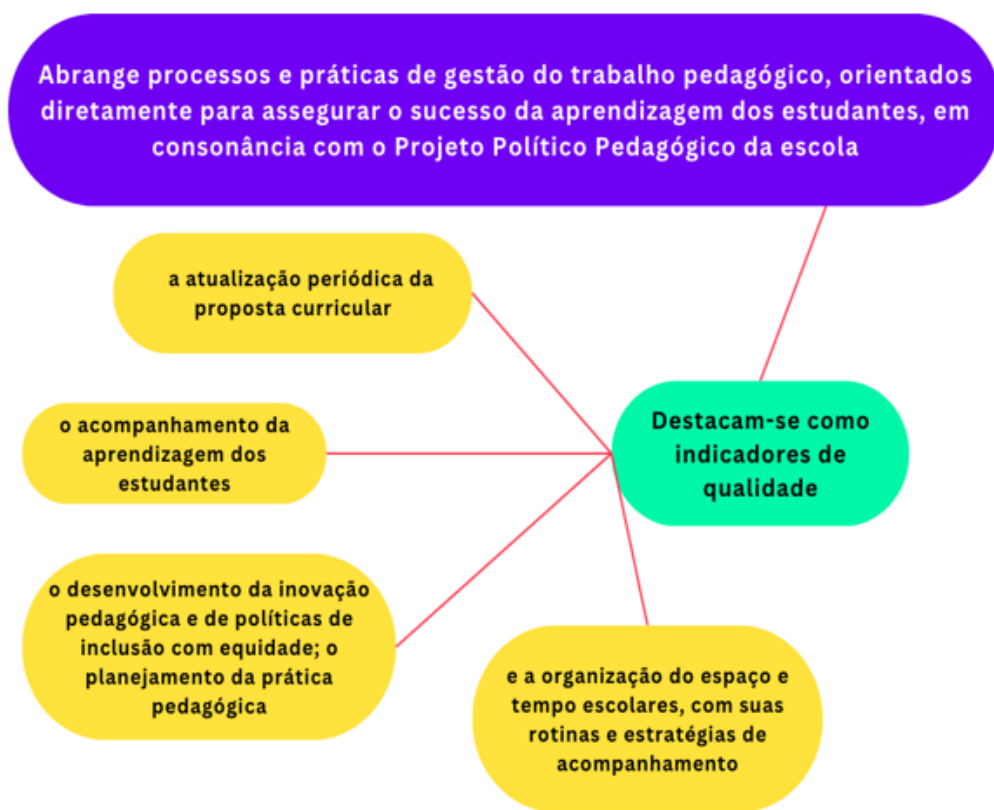
2

Gestão Pedagógica

Na Dimensão 2, que também se refere à Gestão Pedagógica, o PPP deve focalizar o planejamento de ações pedagógicas e envolver a implementação de processos e práticas que garantam o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

Daí a importância dos indicadores de qualidade que incluem a atualização periódica da proposta curricular, o acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes, a promoção de inovações pedagógicas e políticas de inclusão com equidade. Além disso, o planejamento eficaz das práticas pedagógicas e a organização do espaço e do tempo-escola, com rotinas bem definidas e estratégias de acompanhamento, são essenciais para criar um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes.

Figura 3: Dimensão 2/Gestão pedagógica: planejamento de ações pedagógicas



Fonte: Projeto GesTO, 2024.

3

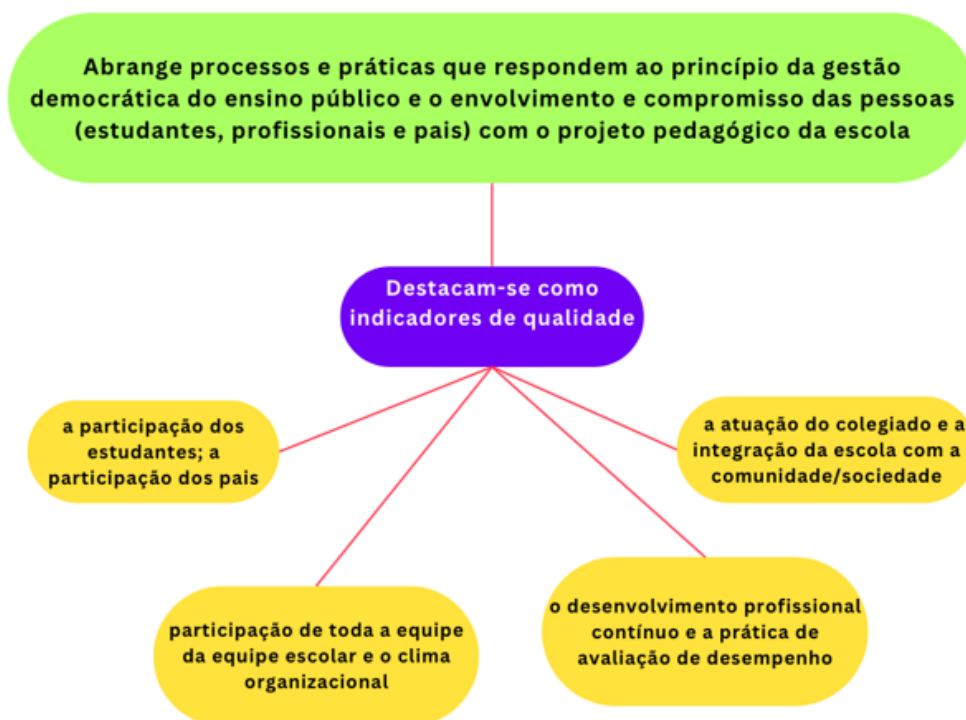
Gestão Participativa

A Dimensão 3, refere-se à “Gestão Participativa” e deve fundar-se nos processos coletivos de decisões e ações que envolvem práticas que promovam a gestão democrática no ensino público, garantindo o envolvimento e o compromisso de estudantes, profissionais e pais com o projeto pedagógico da escola.

Nessa perspectiva, os indicadores de qualidade incluem a participação ativa dos estudantes e pais, a colaboração de toda a equipe escolar, e um clima organizacional positivo. Além disso, o desenvolvimento profissional contínuo, a prática de avaliação de desempenho, a atuação de colegiados e a integração da escola com a comunidade são essenciais para fortalecer a gestão participativa e assegurar um ambiente educacional inclusivo e colaborativo.



Figura 4: Dimensão 3/Gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações



Fonte: Projeto GesTO, 2024.

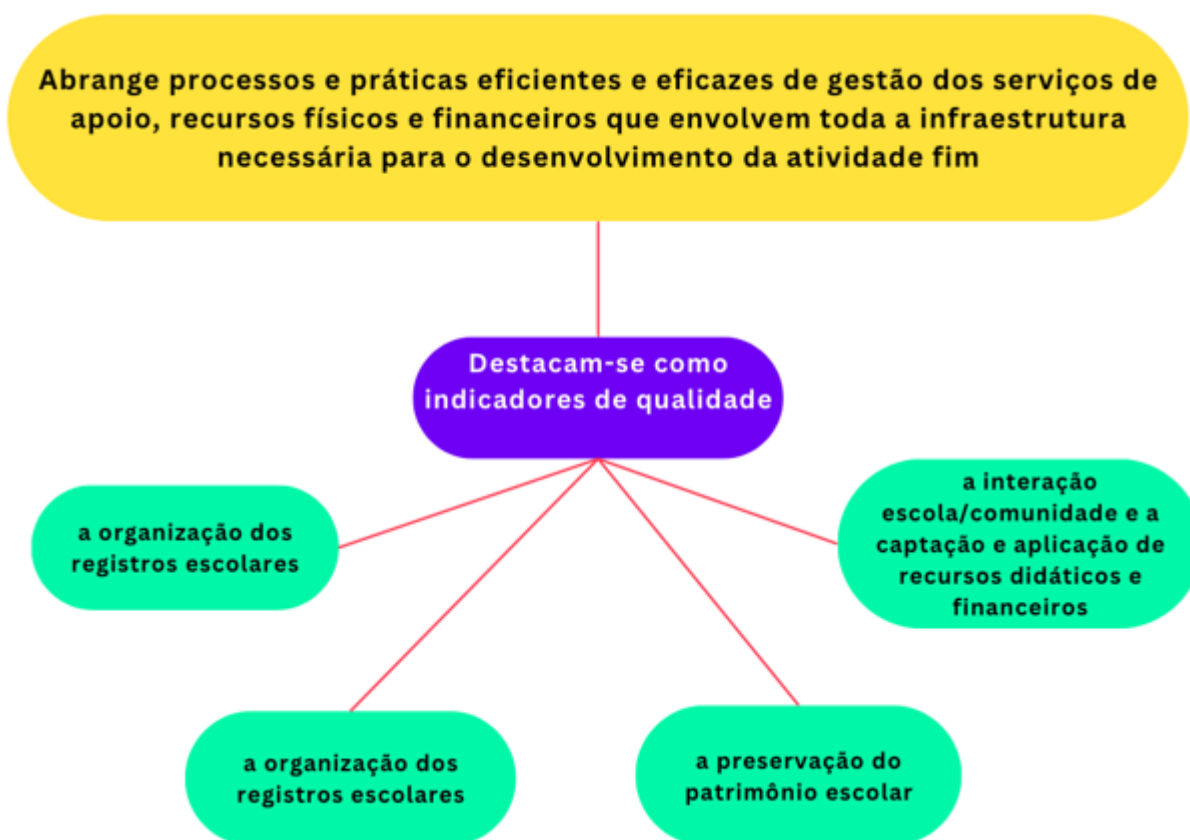
4

Gestão de Infraestrutura

Por fim, na Dimensão 4 “Gestão de Infraestrutura”, o PPP deve focalizar a administração de serviços e de recursos e envolver a implementação de processos e práticas eficientes para gerenciar os serviços de apoio, recursos físicos e financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades escolares.

Sob essa ótica, os indicadores de qualidade incluem a organização dos registros escolares, a utilização adequada das instalações e equipamentos e a preservação do patrimônio escolar. Além disso, a interação entre escola e comunidade, bem como a captação e aplicação eficaz de recursos didáticos e financeiros, são essenciais para garantir um ambiente educacional funcional e bem equipado, que dê suporte e crie condições para o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

Figura 5: Dimensão 4/Gestão de Infraestrutura: administração de serviços e recursos

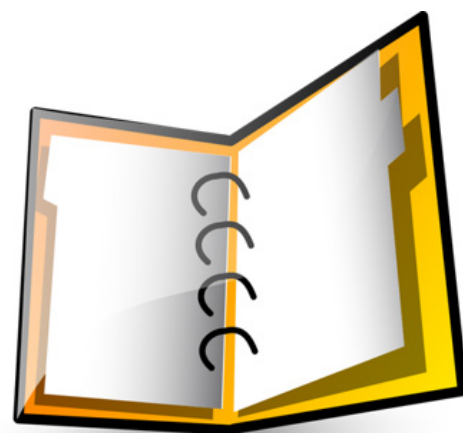


Fonte: Projeto GesTO, 2024.

Processo construtivo do Projeto Político-Pedagógico

O compromisso com a gestão democrática deve orientar os sistemas e redes de ensino uma vez que urge compreender a política educacional como uma ação intencional com vistas a influenciar e intervir na realidade. A escola não pode ser, pois, concebida, sob a ótica de uma política partidária ou da prática de partidos políticos.

É importante compreender a função política da escola e dos sistemas e redes de ensino, como algo estreitamente ligado à sua prática pedagógica. Isto é, a política da escola tem que visar agir sobre a realidade social no território educacional no qual está inserida.





Mas como seria essa influência, essa intervenção intencional sobre a realidade?

O sistema ou rede de ensino deve perceber-se como instrumento para a transformação social e optar pelo sentido da emancipação e da inclusão, pois, manter a realidade como ela é, “ratifica a exclusão social e escolar, na qual os sujeitos sociais estão fadados à aceitação da subordinação, que historicamente tem sido uma marca na sociedade brasileira” (GRACINDO, 2007, p. 19).



Então, que instrumentos e estratégias a escola tem para desenvolver a política de gestão democrática?

No Art. 14 da LBD 9394/96, vimos que o Projeto Pedagógico da escola representa o primeiro passo para uma gestão democrática. Por isso, é importante compreender o que envolve a elaboração do PPP de uma escola.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que orienta todas as ações e práticas de uma escola e deve refletir a identidade da instituição, seus objetivos educacionais, valores e metas a serem alcançadas.

O PPP como prática democrática deve fundar-se nos seguintes princípios: igualdade, liberdade, qualidade e valorização do Magistério. Ainda, não deve ser um documento alegórico. Ao contrário disso, deve ser vivo.

O PPP constitui-se de um fazer conjunto, ou seja, elaborado de forma coletiva, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores, estudantes, pais e demais profissionais, devendo servir, pois, como um guia para a tomada de decisões e a implementação de estratégias pedagógicas, assegurando a coerência e a eficácia das ações educativas.

Portanto, é fundamental que estejam claras as intencionalidades pedagógicas/educativas da escola em suas respectivas práticas, bem como o compromisso sociopolítico da escola uma vez que deve primar pela formação cidadã de seus sujeitos e sujeitas. Isso porque o PPP deve ser vivenciado e privilegiar a participação na coletividade.

Em síntese, é como se apresenta na Figura 2:

Figura 2: Características do PPP



E o que vem antes da elaboração do PPP?

A inclusão de diferentes vozes, como as de professores, estudantes, pais e demais profissionais, cria condições para que diversas perspectivas sejam consideradas, promovendo um ambiente mais democrático e inclusivo. Crê-se que a diversidade de opiniões e experiências contribui para a construção de um PPP mais completo e eficaz e, assim, pode atender às especificidades de cada grupo e fortalecer o compromisso coletivo com a qualidade da educação. Além disso, a garantia das representatividades na elaboração do PPP fomentam o senso de pertencimento e de responsabilidade entre todos os envolvidos, incentivando uma participação ativa e contínua no desenvolvimento e implementação das ações pedagógicas.

A representatividade na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é crucial para garantir que o documento reflita as necessidades e expectativas de toda a comunidade escolar.



Quem participa do PPP?

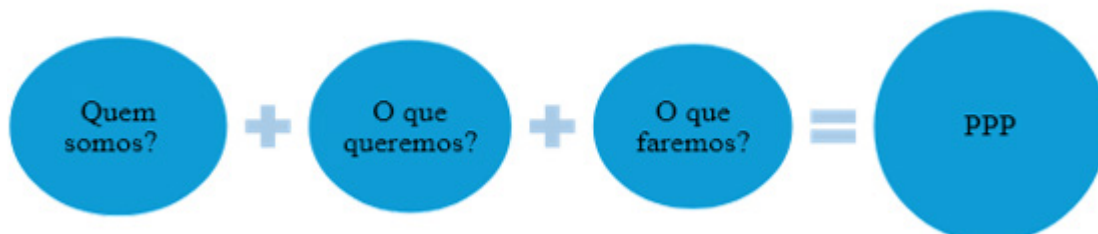
A participação na elaboração do PPP requer a participação coletiva de vários segmentos da comunidade escolar, como, por exemplo, o Conselho Municipal de Educação (CME), Associação de Apoio da Escola, Grêmios Estudantis, pais, comunidade local, movimentos culturais, profissionais da educação.



Marcos do Projeto Político Pedagógico

Como documento orientador da escola, o Projeto Político Pedagógico deve ser compreendido e sistematizado considerando os seguintes marcos: situacional, conceitual e procedimental.

Didaticamente, mobilizamos questões orientadoras que devem guiar o processo de reflexão inicial e o fazer conjunto durante a elaboração do PPP. Cada questão está intimamente ligada aos marcos do PPP:



Marco Situacional

O que somos?

O Marco Situacional (O que somos?) pressupõe a análise do contexto da unidade escolar, com especial atenção à identificação dos desafios e demandas da comunidade, escolar e local. Ou seja, este marco exige o diagnóstico das necessidades. Ainda, exige a identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da comunidade escolar. Esse aspecto é também chamado de Análise Swot.

No contexto do PPP, o Marco Situacional refere-se à análise detalhada do ambiente em que a escola está inserida e implica compreender as características socioeconômicas dos sujeitos e sujeitas que constituem a comunidade escolar, avaliar as condições físicas da escola e considerar

as expectativas dos diversos atores envolvidos no processo educativo. Esse diagnóstico é fundamental para a construção de um PPP que seja contextualizado e relevante para a realidade da instituição.

Alguns aspectos são essenciais para a definição do Marco Situacional. Veja-se:

Emografia escolar	<p>O perfil dos estudantes;</p> <p>A observância das taxas de matrícula nos últimos 5 anos;</p> <p>A análise e ampla discussão sobre os indicadores de qualidade e o fluxo escolar.</p>
Contexto Socioeconômico	Índices sociais, recursos disponíveis
Cultura e Comunidade Local	Valores culturais, parcerias comunitárias
Desafios e Oportunidades	Identificação de obstáculos e oportunidades
Tecnologia e Aprendizagem Digital	Infraestrutura tecnológica, competências digitais.
Diversidade e Inclusão	Educação inclusiva, equidade
Globalização e Cidadania Global	Preparação para o mercado global, sustentabilidade.
Metodologias Ativas e Personalização da Aprendizagem	
Desafios e Oportunidades Emergentes	

O Marco Situacional versa sobre um diagnóstico profundo do contexto escolar, no qual são analisados os dados demográficos, os indicadores educacionais e sociais inerentes à escola e aos estudantes. Essa análise visa compreender com maior propriedade e de modo sistemático, as reais necessidades e potencialidades dos estudantes e dos profissionais da escola, contribuindo para a construção de um PPP contextualizado, eficaz e que seja vivo.



IMPORTANTE

Ter clara a concepção de marco situacional e a sua importância para as decisões na definição de metas e estratégias no Projeto Político Pedagógico (PPP), cria condições para que as ações estejam alinhadas às necessidades reais da escola, promovendo uma gestão mais engajada e efetiva.



Marco Conceitual

O que queremos?

O Marco Conceitual (O que queremos?) pressupõe a definição de princípios e valores que deverão orientar a construção do PPP. Ou seja, importa nesse marco, a visão educacional da escola que deve privilegiar a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar e questionar a realidade ao seu redor. Para isso, os objetivos educacionais devem ser estabelecidos com o intuito de promover o desenvolvimento integral dos estudantes, compreendendo tanto a aprendizagem (dimensão cognitiva, intelectual) quanto o desenvolvimento pessoal (dimensão afetiva, emocional, social, simbólica etc.).

Compreenda:

Os princípios éticos e políticos devem orientar a prática educativa, reconhecendo a liberdade e a transformação social como pilares fundamentais do seu fazer.

Marco Operacional

O que faremos?

Já o Marco Operacional (O que faremos?) pressupõe o detalhamento das ações práticas necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos pela escola. O principal instrumento para o delineamento do referido marco é o plano de ação que deve incluir um cronograma cuidadoso das atividades a serem desenvolvidas, identificando os responsáveis por cada ação, bem como os prazos para a sua execução e os recursos necessários.

Lembre-se:

A efetivação do PPP na prática, deve ser guiada pelo plano de ação, zelando para que todas as etapas sejam desenvolvidas de maneira organizada e eficiente

É imprescindível ainda, o monitoramento e a avaliação de modo contínuo, processos essenciais para o acompanhamento do progresso, a identificação de possíveis problemas e a realização de ajustes com vistas à manutenção do PPP.

Passos para elaboração do Projeto Político Pedagógico

Passo 1	
Identificação do Contexto Escolar (Localização, Infraestrutura, Perfil socioeconômico dos estudantes)	
Diagnóstico Institucional (Marco Situacional)	Diagnóstico de Necessidades (Dificuldades de aprendizagem, Questões socioemocionais)
	Análise de Potencialidades (Talentos dos professores, Iniciativas comunitárias)
Passo 2	
Discussão Coletiva (Envolver gestores, professores, estudantes e pais na definição dos valores e objetivos)	
Definição dos Princípios e Valores (Marco Conceitual)	Gestão Democrática e Participativa (Mecanismos para garantir a participação ativa da comunidade escolar)
Passo 3	
Elaboração do Plano de Ação (Marco Operacional)	
Plano Detalhado (Ações necessárias, Responsáveis, Prazos, Recursos)	
Passo 4	
Elaboração do Documento Final	
Redação do PPP (Estruturar um documento claro e formal)	
Passo 5	
Divulgação à Comunidade	
Transparência (Comunicar o PPP à comunidade escolar e à sociedade)	
Passo 6	
Avaliação e Monitoramento	
Implementação e Monitoramento (Colocar em prática o PPP e monitorar o progresso);	
Avaliação Periódica (Verificar se os objetivos estão sendo alcançados e ajustar estratégias)	
Passo 7	
Revisão e Atualização)	
Revisão Regular (Manter o PPP relevante e eficaz frente às mudanças)	



A confluência dos marcos situacional, conceitual e operacional é fundamental para que o PPP transcenda um simples documento formal, tornando-se estratégia e recurso ativo, vivo e colaborativo da gestão democrática.

Considerações Reflexivas

A educação é dialógica, logo deve valorizar a comunicação e a interação entre os sujeitos e sujeitas da escola (profissionais, estudantes e comunidade local).

Em razão disso, é fundamental definir prioridades e aprendizagens específicas para cada estudante, considerando as particularidades de cada turma e ano escolar, com base em avaliações diagnósticas. Essa abordagem sistemática permite que o ensino seja mais eficaz e relevante, atendendo às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, é crucial proporcionar condições reais para que os profissionais da educação se envolvam efetivamente nos processos decisórios da escola, criando um coletivo comprometido e participativo.

Afinal, o educador democrático tem o dever de reforçar a capacidade crítica dos estudantes, estimulando sua curiosidade e insubmissão. Uma das tarefas primordiais do educador é trabalhar com os estudantes, de maneira rigorosa e metódica, ajudando-os a se aproximarem dos objetos de conhecimento de forma crítica e reflexiva. Para isso, é necessário que tanto educadores quanto educandos sejam criativos, instigadores, inquietos, curiosos, éticos e engajados. Essas qualidades são essenciais para criar um ambiente educacional dinâmico e transformador, onde o diálogo e o compartilhamento de ideias são valorizados e promovidos (FREIRE, 2021, p. 26).

LEITURA COMPLEMENTAR

Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola



Leitura Complementar para Compreensão da Gestão Democrática no Processo Pedagógico da Escola

Objetivando a compreensão da gestão pedagógica no processo pedagógico da escola, sugerimos algumas leituras complementares sobre a temática do módulo II. A leitura complementar é uma prática pedagógica comum no processo de formação continuada, visto que desempenha papel fundamental para apropriação teórica e metodológica que devem reverberar no fortalecimento das práticas docentes dentro e fora da sala de aula.

À vista disso, selecionamos dois tipos de leituras complementares: audiovisuais (vídeos) e textuais (artigos científicos). No geral, são sugeridas 17 leituras complementares, sendo 4 vídeos (Gestão Escolar Democrática - Resumo da entrevista; Gestão Escola - o que caracteriza uma escola democrática?; Avaliação institucional - Gestão da escola e Gestores Escolares; Curso de Formação: Gestores Escolares), e 13 artigos científicos (Políticas educacionais, igualdade e diferenças; Gestão Democrática nos sistemas e na escola; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Gestão da educação escolar; Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade; Gestão democrática nos sistemas e na escola; Concepções e processos democráticos de gestão educacional; avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições; O papel do diretor escolar e a organização do trabalho pedagógico: documentos norteadores da escola; A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola; Ética, educação e cidadania; e Declaração de Salamanca: princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais).



Materiais Didáticos/Vídeos

- 1 Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática - Resumo da entrevista.

Clique Aqui

- 2 Gestão Escolar 31 - O que caracteriza uma escola democrática?

Clique Aqui

- 3 Avaliação institucional - Gestão da escola #4 | Salto para o Futuro - TV Escola.

Clique Aqui

- 4 Curso de Formação. Gestores Escolares

Clique Aqui



Materiais Didáticos/Artigos

- 1 ARROYO, Arroyo. Políticas educacionais, igualdade e diferenças

Clique Aqui

- 2 BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica.

BRASIL. Gestão Democrática nos sistemas e na escola

Clique Aqui

- 3 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional.

Clique Aqui

- 4 DOURADO, Luiz Fernando. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância.

Clique Aqui



5 GAMA, Carolina Nozella. DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação

Clique Aqui



6 GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília: Universidade de Brasília

Clique Aqui



7 LÜCK, H Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008b. (Série Cadernos de gestão, v. 2)

8 LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

9 PARANÁ. O PAPEL DO DIRETOR ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: documentos norteadores da escola

Clique Aqui



10 PARO, V.H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola.

Clique Aqui



11 SAVIANI, Dermeval. A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, Revista RBBA: Revista Binacional Brasil Argentina., vol. 3, n. 02., ano 2014.

SAVIANI, Dermeval. Ética, educação e cidadania. Revista nº 15, 2013.

Clique Aqui



12 UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Clique Aqui



MÓDULO II

ATIVIDADE EM SERVIÇO



ATIVIDADE ASSÍNCRONA

MÓDULO II

Atividade em Serviço

TEMÁTICA:

Gestão democrática no processo de gestão pedagógica da escola:
caminhos construtivos do projeto político pedagógico

ACOMPANHAMENTO:

- Plantão Pedagógico Semanal
- Plantão para ajuste das trajetórias
- Estudo do Caderno de Orientação para o Planejamento da Gestão Pedagógica
- Grupo de WhatsApp

MONITORAMENTO

- Primeira entrega dos Planos para os Supervisores Regionais
- Relatórios de Evidência da formação municipal

ATIVIDADE EM SERVIÇO

- Plano de Gestão Pedagógica das Unidades Escolares:
 - a. Plano da Oferta da EJA
 - b. Plano de Fortalecimento da Aprendizagem Ensino Fundamental
 - c. Plano de Oferta do AEE
 - d. Plano de Oferta da ECIQ

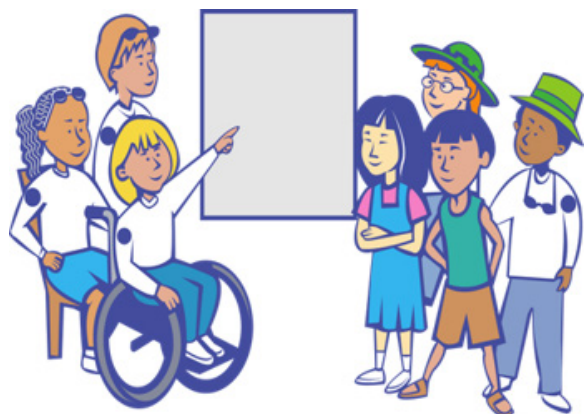
DATA DE CONCLUSÃO

- 23/08/2024

PROCEDIMENTOS/INSTRUMENTOS EDUCATO

- Aplicativo EducaTO

ATIVIDADE SÍNCRONA
MÓDULO II:
YOUTUBE, MEET E PRESENCIAL



ATIVIDADE SÍNCRONA DO PROCESSO FORMATIVO DO MÓDULO II: YOUTUBE, MEET E PRESENCIAL

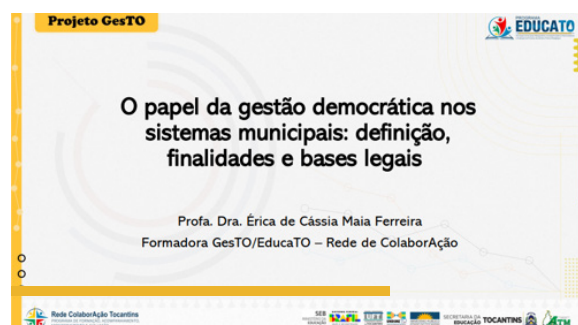
ENCONTRO YOUTUBE youtube.com/@UndimeTocantins/streams



Clique Aqui

EDUCATO - MÓDULO II

ENCONTRO MEET



Clique Aqui

ENCONTRO PRESENCIAL



Clique Aqui

ESTÃO DEMOCRÁTICA NO PROCESSO DE GESTÃO
PEDAGÓGICA DA ESCOLA: caminhos construtivos do
projeto político pedagógico

DÚVIDAS?

PROCESSO FORMATIVO

DO MÓDULO II

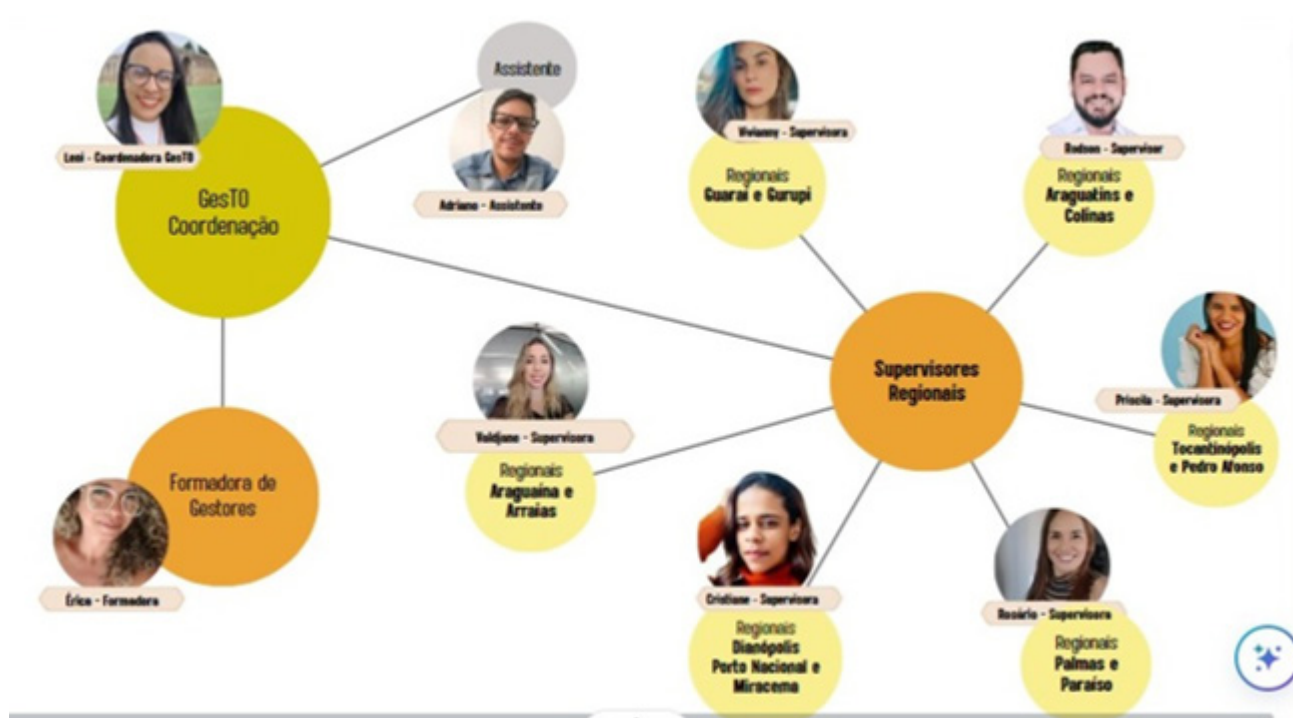


DÚVIDAS DO PROCESSO FORMATIVO DO MÓDULO II



O Projeto GesTO, em consonância com as diretrizes do Programa EducaTO, está sistematizado em dois eixos: formação continuada (eixo I) e acompanhamento, monitoramento e avaliação (eixo II). À luz dessa organização técnica, administrativa e pedagógica, a equipe do Projeto GesTO também se estrutura operacionalmente por eixos, conforme Figura 6:

Figura 6 - Organização operacional da equipe do Projeto GesTO



Fonte: Programa EducaTO (2024)

O EIXO I consiste na formação continuada para gestão do processo pedagógico, com vista na recomposição das aprendizagens de alfabetização.



Se você estiver com dúvidas no processo formativo do eixo I do Projeto GEsTO, sobretudo na realização da atividade assíncrona, entre em contato com a Formadora Dra. Érica de Cássia Maia Ferreira

O EIXO II se constitui nas ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação da gestão pedagógica para o aprimoramento do processo de gestão escolar.



Se você estiver com dúvidas no processo formativo do eixo II do Projeto GEsTO entre em contato com o/a Supervisor/a EducaTO de sua regional:

Gurupi e Guaraí - Esp. Viviany Cardoso

Araguaína e Arraias - Esp. Valdjane Melo

Tocantinópolis e Pedro Afonso - Me. Priscila Machado

Araguatins e Colinas - Esp. Rodson Barbosa

Palmas e Paraíso - Esp. Maria do Rosário Rodrigues

Porto Nacional, Miracema e Dianópolis - Esp. Cristiane Hermelinda Santos



Todavia, se estiver com dúvidas gerais do Projeto GesTO, entre em contato com a coordenadora Dra. Leni Feitosa.



Referências

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

DOURADO, Luiz Fernando. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06gesteducesc.pdf>.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã em construção: projeto político pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

LIMA, Licínio Carlos de Almeida. Planejamento e gestão educacional: introdução ao estudo e à prática. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino: construindo escolas democráticas. São Paulo: Ática, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 2000.)

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. PNE em Movimento. Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>.

DOURADO, Luiz Fernando. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06gesteducesc.pdf>.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília : Universidade de Brasília, 2007. 72 p. : il. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010

(Sugestões de leitura Erica)

Vitor Henrique Paro - Gestão Escolar Democrática - Resumo da entrevista. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-TG1rfDVq_A

Gestão Escolar 31 - O que caracteriza uma escola democrática? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGG3Or2WhQ8>

Avaliação institucional - Gestão da escola #4 | Salto para o Futuro - TV Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HrB4vNAsXM>

Curso de Formação. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLMeIOXFewEDdTNT6oebjJCUfG68jjrkSQ>



Materiais Didáticos/Artigos

ARROYO, Arroyo. Políticas educacionais, igualdade e diferenças (2021). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/1996910>. Acesso em 5 de maio de 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Gestão Democrática nos sistemas e na escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 23 mai. 2012.

DOURADO, Luiz Fernando. Gestão da educação escolar. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06gesteducesc.pdf>

GAMA, Carolina Nozella. DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/mZKXbDZVP4KsZkgWr9x7RTg/>

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. / Regina Vinhaes Gracindo. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 72 p. : il. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>.

LÜCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008b. (Série Cadernos de gestão, v. 2)

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARANÁ. O PAPEL DO DIRETOR ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: documentos norteadores da escola. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_unidade2.pdf

PARO, V.H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, Revista RBBA: Revista Binacional Brasil Argentina., vol. 3, n. 02., ano 2014.

SAVIANI, Dermeval. Ética, educação e cidadania. Revista nº 15, 2013. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebII/saviani.pdf>

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2012.